Redes de formação em perspectiva

Com interesses em comum, as entidades voltadas para a formação e o empreendedorismo do jovem rural estão se mobilizando para traçar ações coletivas e formar uma rede de cooperação.

Por **Pedro Lemos**

Acervo Assema

Jovens dos municípios de Lago do Junco e Lago Rodrigues, no Maranhão, se organizaram em uma associação e desenvolvem projeto de geração de renda a partir do artesanato com a fibra do babaçu.

Muito se fala hoje dessa coisa mágica que é o "trabalho em rede". Isto significa que as tecnologias de comunicação avançaram tanto que permitiram um salto de qualidade nas relações sociais, possibilitando estabelecer e estender as parcerias muito além dos limites das práticas presenciais ou das relações meramente institucionais. Antes disso, "parceria" era um termo quase que só utilizado no meio rural ou em mutirões urbanos. Hoje, ao contrário, seu uso foi ampliado em função da possibilidade de criação de parcerias em rede. E "parceiro" virou todo aquele que está numa rede de cooperação: troca experiências, coordena ações, partilha opiniões que vão se formando na própria vivência comum que este vínculo informacional cria. Não raro trata-se de um vínculo que extravasa essa limitação e avança por outras formas de vivência e colaboração.

O governo tende a se organizar em redes; as empresas estendem as suas redes além-fronteiras e os seus produtos – um automóvel, por exemplo – já não podem ser chamados de "nacionais": são fruto da "produção em rede". Num país se produz uma peça, noutro se produzem outras, num terceiro se monta e se comercializa no mundo todo.

Há também as redes de conhecimento, onde o que se produz junto não são bens ou serviços, mas um conhecimento novo, apropriado por todos os que dela participam. Muito da tecnologia moderna se produz em redes desse tipo. Também se produz solidariedade, por meio de redes de cooperação entre pessoas e entidades com objetivos comuns, sejam eles quais forem. Para o desenvolvimento dos jovens rurais as mais importantes são as redes que partilham recursos, benefícios ou propostas de desenvolvimento sustentável.

Um exemplo encontra-se localizado no município de Piranhas, em Alagoas. O Instituto Palmas é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) cuja área de atuação compreende toda a região do Xingó, formada por municípios do semi-árido nordestino, entre os estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco. Seu objeto de trabalho está nos municípios localizados às margens do Rio São Francisco, de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e que foram diretamente impactados pela construção de usinas hidrelétricas. O foco é a transformação dos jovens em agentes de promoção do desenvolvimento local.

Nas parcerias em rede, a troca de experiências vai além das relações contratuais de um convênio ou cooperação comum: buscam a transformação social e até mesmo das relações de produção. No caso do Instituto Palmas, este leque é grande. Abrange de prefeituras locais a instituições de pesquisa, como o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó. Seu grande mérito é não ser restritivo: de acordo com o projeto, novas parcerias também podem ser realizadas, como aconteceu com o programa Caminhos do Desenvolvimento. Para dar início às ações, o Instituto contou com o apoio de cinco entidades, que hoje ultrapassam a marca de cinqüenta. “Muitas organizações têm procurado a instituição não somente para apoiar essa rede, como também para aprender a desenvolver novas ações pautadas nos projetos”, afirma Ana Cristina Acioly, diretora de projetos da entidade.

O conhecimento acumulado e desenvolvido em universidades também ganhou um novo valor ao se incorporar em redes de cooperação. Neste sentido, uma parceria que rendeu bons resultados foi estabelecida com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Em uma espécie de intercâmbio, dez estudantes da Faculdade de Comunicação foram, todos os fins de semana, durante seis meses, a Piranhas. Lá, fizeram oficinas para ensinar aos jovens rurais técnicas de comunicação para produção de jornais e programas de rádio. Em contrapartida, os jovens agricultores ensinaram noções de desenvolvimento sustentável. No fim do intercâmbio, realizaram um seminário em Maceió sobre o assunto. Nessa forma de cooperação, além do conhecimento foram partilhadas práticas e atividades presenciais.

O projeto foi premiado pela rede Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e resultou na publicação de um livro, chamado “Outras Palavras”. “Foi uma experiência enriquecedora tanto para os universitários como para os jovens rurais”, ressalta Ana Cristina, alertando que, às vezes, o trabalho construído para dar aos jovens ferramentas que os ajudem a trilhar seus caminhos é prejudicado por uma série de políticas públicas que visam apenas ao assistencialismo.

A rede da pedagogia da alternância

Outro exemplo da ação em rede é o trabalho desenvolvido pelos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas). O Ceffa, criado em 2001, é formado pela junção das redes União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas do Brasil (Unefab), Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar Sul) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais das Regiões Norte e Nordeste do Brasil (Arcafar Norte-Nordeste). Essas organizações reúnem entidades que há

décadas trabalham em prol das populações rurais: as Escolas Famílias Agrícolas (Efas), as Escolas Comunitárias Rurais (Ecors) e as Casas Familiares Rurais (CFRs).

Os Ceffas são organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, criados por uma associação de agricultores locais, que buscam a formação de seus filhos de forma contextualizada e integrada ao meio onde vivem. Ao todo, no País, são 248 centros familiares de formação por alternância, envolvendo 820 municípios em 21 estados brasileiros, atendendo diretamente a 70.400 famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais e agroextrativistas.

Segundo a engenheira agrônoma Marcialene Preisler, articuladora nacional dos Ceffas, para conhecer essas redes que adotam a pedagogia da alternância é necessário conhecer os quatro pilares que fundamentam essa pedagogia: a associação formada pelos pais dos jovens e que tem a missão de gerenciar o Ceffa, entidades parceiras e jovens formados; a alternância como uma metodologia apropriada; o meio socioprofissional; e a formação integral dos jovens em conjunto com a família e a comunidade onde vivem.

A união das famílias localmente permitiu o surgimento dos Ceffas. A união dos Ceffas em cada região do País favoreceu a criação das regionais, por sua vez, ocasionou o surgimento da rede nacional. As três redes dos Ceffas (Unefab, Arcafar Sul e Arcafar Norte-Nordeste) são filiadas à Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR).

O papel da comunicação e especialmente da internet tem sido essencial para o funcionamento dos Ceffas. “Hoje as informações precisam fluir com rapidez entre as redes e os Ceffas”, diz Marcialene. “A comunicação direta com os centros de formação é essencial para este trabalho em rede”, explica.

Dentro das redes, o principal é conseguir se comunicar de maneira objetiva e avançar na construção de conexões que tornem as parcerias mais ágeis, flexíveis, abertas e produtivas. “A rede permite maior eficiência nos momentos em que o movimento necessita avançar na busca de projetos visando atender as demandas dos Ceffas”, diz Marcialene.

Para o engenheiro agrônomo José Milani Filho, diretor-executivo da Arcafar Sul, a capilaridade da rede permite que recursos, informações e o conhecimento cheguem em qualquer ponto do País, tendo sempre como foco a formação e a educação com qualidade, para que os agricultores familiares, pescadores artesanais e extrativistas transformem a sua realidade com dignidade, gerando oportunidades com maior qualidade de vida.

Redes locais

Para desenvolver programas voltados à juventude do campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) se articula com os sindicatos e federações de trabalhadores rurais em todos os estados. Hoje a instituição atende a cerca de 11 mil jovens, por meio do Jovem Saber e do Consórcio Social da Juventude Rural - Rita Quadros (*ver matéria pág. 40*). “O êxito dessas ações também são mérito das comissões estaduais, municipais e nacional, que formam uma grande rede organizada na perspectiva da valorização dos(as) jovens/trabalhadores(as) rurais”, explica Elenice Anastácio, coordenadora da Comissão Nacional de Jovens da Contag.

O objetivo é construir junto com a juventude rural saberes sobre cidadania, desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária, gestão e organização sindical, saúde, direitos sexuais e reprodutivos e educação do campo. Ou seja, conhecimentos para que os jovens compreendam o seu papel no meio rural. “Hoje também são utilizadas novas formas

O avanço das tecnologias da comunicação permitiu um salto de qualidade nas relações sociais, possibilitando estabelecer e estender parcerias além dos limites das práticas presenciais ou das relações meramente institucionais.

Fotos: Gustavo Stephan

Em prol da juventude rural, diversas organizações começam a formar redes de cooperação que partilham recursos, benefícios ou propostas de desenvolvimento sustentável.

de diálogo com a juventude do campo, por conta do acesso às tecnologias da informação. É errônea a idéia de que as pessoas do meio rural não têm acesso, por exemplo, à internet. Só que isso ainda não se dá de forma muito ampla, conta-se com a parceria dos sindicatos e outras instâncias do movimento rural.
O próprio Consórcio considera nos seus processos de qualificação a questão da inclusão digital", completa Elenice.

A Contag tem avançado no diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o desenvolvimento de ações que garantam o acesso da juventude rural às políticas públicas a exemplo do Pronaf jovem e Nossa Primeira Terra.

Acervo Contag

Elenice Anastácio, coordenadora da Comissão Nacional de Jovens da Contag, que atende a cerca de 11 mil jovens.

Mobilização jovem

Já o Movimento de Organização Comunitária da Bahia (MOC) desenvolve diversos campos de trabalho junto a entidades representativas e segmentos dos movimentos sociais do semi-árido baiano. Esse trabalho se estende a mais de 30 municípios, mais intensivamente aos das microrregiões sisaleiras e Vale do Jacuípe da Bahia. Essa opção político-estratégica, de atuação junto aos movimentos sociais, parte do princípio de que o MOC prioriza o fortalecimento da sociedade civil organizada, contribuindo para a atuação qualificada na gestão de políticas públicas.

Assim, atualmente o MOC trabalha em parceria com Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Pólos Sindicais Regionais, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Apaeb-Valente (Associação de

Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar. Com a contribuição dessas entidades e organizações juvenis, formula e implementa projetos e políticas públicas para o jovem do campo. De acordo com a direção do MOC, é fundamental que se dê um suporte para que os jovens abracem a causa, discutam os problemas e tomem as iniciativas.

Como resultado desse trabalho, a juventude local começa a se organizar em entidades como o Coletivo Regional Juventude e Participação Social (CRJPS), com coletivos de jovens em 22 municípios dos territórios rurais das regiões do Sisal, no Vale do Jacuípe e Portal do Sertão, além da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (Amac). Nessa relação, o MOC assume um papel de assessoria técnica que ajuda no fortalecimento institucional das organizações. De forma complementar, os projetos e iniciativas do MOC são discutidos e concebidos com o apoio dessas entidades.

Criada em 2005, a partir do projeto Comunicação Juvenil (realizado com apoio do MOC e dos movimentos sociais da região sisaleira), a Amac é uma central de comunicação e cultura gerida por jovens da região. Sua produção é divulgada em 18 rádios e no jornal A Tarde Salvador (BA), em 26 municípios. "A Nossa experiência favoreceu a formação de vários outros grupos e projetos de jovens", afirma João Francisco da Silva Netto, um dos comunicadores da agência, que ganhou um site este ano como mais uma forma de divulgar a produção dos jovens. "Hoje, por meio da internet, temos acesso à informação especializada, podemos conhecer experiências de outras partes do País e trocar idéias por e-mail", ressalta Francisco.

Outra instituição que estimula iniciativas de organização coletiva dos jovens é a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema). Liderada por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras do coco babaçu, a Assema conta em seu quadro de associados com 28 entidades, entre associações comunitárias e de mulheres, sindicatos de trabalhadores rurais, escolas familiares agrícolas, além de grupos de jovens. "O objetivo é incluir os jovens nessa rede, mantê-los no campo e, principalmente, formar lideranças", ressalta Francinaldo Matos, secretário-executivo da associação.

Hoje a Assema é parceira de cerca de 20 associações de jovens nos sete municípios onde atua. "Eles têm participação nas unidades de geração de renda, nos eventos como feiras, encontros, visitas, nos fóruns regionais e nacionais que discutem as políticas públicas", diz Francinaldo, ressaltando que há uma integração também entre os diferentes grupos que formam a Assema. Um exemplo é o projeto de geração de renda em que jovens dos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues produzem as embalagens dos sabonetes de babaçu fabricados pela Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Todos estes projetos são exemplos de como a partilha de conhecimentos e informações cria um modelo novo de relacionamento integral entre entidades. Antes, elas concorreriam entre si. Um sindicato, por exemplo, só se preocupava em aumentar seu quadro de associados. Hoje, sabe que seus objetivos institucionais também podem ser atingidos pelas parcerias, pela partilha de conhecimentos, objetivos e metas, sem que a população beneficiada tenha que ser necessariamente afiliada da instituição.

Uma comunicação permanente, não somente por meio de encontros esporádicos, e feita com as ferramentas úteis e acessíveis pode ser a forma mais eficiente de trabalhar. A ampliação da solidariedade é mais rápida, as convergências são mais explícitas e a eficácia política também pode ser grande. ■